



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Proc: \_\_\_\_/202\_\_

Folha: \_\_\_\_

Visto: \_\_\_\_

**JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO EM LICITAÇÃO**

**EDITAL Nº 005/2024**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025 - FMS**

**(Processo Administrativo Nº 0126/2024 - FMS)**

**OBJETO:** “AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, PARA ATENDER O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CRMS, ESF’s, CEO, SETOR DE FISIOTERAPIA, CLÍNICA DA FAMÍLIA, UBS’S E PMCD”

**RECORRENTE:** TOP MIX VAREJISTA LTDA

**CONTRARRAZOANTE:** NÃO HOUVE

**I – DAS PRELIMINARES**

Trata-se de Recurso Administrativo interposto tempestivamente pela empresa **TOP MIX VAREJISTA LTDA**, com fundamento no **Art. 165, I, da Lei nº 14.133, DE 1º de abril de 2021**, em face da decisão do Pregoeiro que aceitou a propostas das empresas vencedoras.

O Pregoeiro em cumprimento ao disposto § 2º do **Art. 165 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, recebeu e analisou as razões de recurso da Recorrente de forma a proferir sua decisão sobre o recurso administrativo.

Em sede de admissibilidade recursal, foram preenchidos por parte da Recorrente, sendo interposto tempestividade na forma do **Art. 165, I, Lei nº 14.133, DE 1º de abril de 2021**.

**II – DAS FORMALIDADES LEGAIS**

Na sessão pública do Pregão Eletrônico em referência, realizada em 08/04/2025, a Recorrente intencionou interposição de recurso para demonstrar sua irrisignação em face das decisões do Pregoeiro: “*SR(a) Pregoeiro(a), conforme a Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 59, § 4º, prevê que a Administração deve exigir do licitante a demonstração da exequibilidade de sua proposta quando houver indícios de inexecuibilidade: Art. 59, § 4º - "A Administração exigirá do licitante a demonstração da exequibilidade da sua proposta quando o preço for manifestamente inexecuível ou não for compatível com os preços de mercado." No caso, a proposta do concorrente, apresenta um valor muito abaixo do mercado.*”

**III – DA ALEGAÇÃO DA RECORRENTE**

*íntegra:*



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Proc: \_\_\_\_/202\_\_

Folha:

Visto:

*“SR(a) Pregoeiro(a), conforme a Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 59, § 4º, prevê que a Administração deve exigir do licitante a demonstração da exequibilidade de sua proposta quando houver indícios de inexecuibilidade:*

*Art. 59, § 4º - "A Administração exigirá do licitante a demonstração da exequibilidade da sua proposta quando o preço for manifestamente inexequível ou não for compatível com os preços de mercado."*

*No caso, a proposta do concorrente, apresenta um valor muito abaixo do mercado, o pregoeiro tem o dever de exigir comprovação da viabilidade da execução do objeto pelos valores ofertados.*

*O artigo 60 da Lei nº 14.133/2021 estabelece os parâmetros para considerar um preço inexequível, citando que a Administração pode fixar critérios objetivos para essa análise. Caso a licitação não tenha previsto tais critérios no edital, o pregoeiro se baseia em preços referenciais do mercado para identificar propostas suspeitas de inexecuibilidade.*

*Art. 60 - "Considera-se inexequível a proposta que apresente preço global ou unitário que não seja compatível com os preços de mercado, na forma estabelecida no edital.*

*" O licitante deve comprovar a viabilidade da proposta, conforme artigo 59, § 5º, por meio de:*

- Notas fiscais de aquisição de insumos;*
- Tabelas de custos operacionais;*
- Demonstração da estrutura de formação do preço;*

*Art. 59, § 5º - "A demonstração da exequibilidade poderá ser feita por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado ou por outros meios admitidos em direito.*

*" Venho por meio deste solicitar essa comprovação, pois a omissão da Administração Pública pode gerar prejuízos e riscos significativos, tais como:*

- Inexecução contratual por falta de viabilidade financeira;*
- Rescisão contratual e necessidade de nova contratação emergencial;*
- Prejuízos à continuidade do serviço ou fornecimento de bens;*
- Risco de danos ao erário e responsabilização do gestor público.*

*Além disso, a ausência de verificação da viabilidade da proposta pode configurar falha na condução do certame, violando os princípios da isonomia, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa previstos no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.*

*Logo se conclui que, ao não solicitar a comprovação da viabilidade de uma proposta com indícios de inexecuibilidade, pode estar descumprindo normas legais e colocando em risco a execução do contrato. Assim, recomenda-se a formalização de um questionamento à autoridade competente, solicitando a aplicação do artigo 59, § 4º e § 5º, para garantir a regularidade do certame e a proteção ao interesse público. Atenciosamente..”*

#### **IV – DAS CONTRARRAZÕES RECURSAIS**

O recurso interposto foi publicado no **Site do Município** e ficou disponível no **Portal BLL Compras** para acesso dos participantes e demais interessados. Os participantes cientes do fato conforme constante na ata da sessão e no edital.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Proc: \_\_\_\_/202\_\_

Folha: \_\_\_\_

Visto: \_\_\_\_

Decorrido o prazo estabelecido por lei e pelo edital, nenhuma empresa participante apresentou qualquer manifesto sobre o recurso interposto pela recorrente.

## **V – DA ANÁLISE DO RECURSO**

Inicialmente, se faz necessário destacar que a fundamentações usadas pela recorrente não estão condizendo com o texto legal. Vejamos as diferenças

Peça recursal:	Texto Legal
<i>Lei 14.133/2021, Art. 59, § 4º: "A Administração exigirá do licitante a demonstração da exequibilidade da sua proposta quando o preço for manifestamente inexequível ou não for compatível com os preços de mercado."</i>	<i>Lei 14.133/2021, Art. 59, § 4º: No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.</i>
<i>Lei 14.133/2021, Art. 60 - "Considera-se inexequível a proposta que apresente preço global ou unitário que não seja compatível com os preços de mercado, na forma estabelecida no edital"</i>	<i>Lei 14.133/2021, Art. 60: Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:</i>
<i>Lei 14.133/2021, Art. 59, § 5º - "A demonstração da exequibilidade poderá ser feita por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado ou por outros meios admitidos em direito"</i>	<i>Lei 14.133/2021, Art. 59, § 5º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.</i>

Tal ressalva é importante de ser feita para o correto direcionamento do julgamento do recurso, visto que toda alegação da recorrente está fundamentada de maneira errônea, trazendo artigos que nada tem relação com o objeto do pregão em epígrafe e, portanto, devem ser descartados para a análise do recurso.

Quanto ao pedido que a Administração solicite comprovação de inexequibilidade, essa certa plausibilidade, baseado no Art. 59, IV, § 2º da *Lei 14.133/2021*:

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

....

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, **quando exigido pela Administração;**

... § 2º A Administração **poderá** realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do **caput** deste artigo.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Proc: \_\_\_\_/202\_\_

Folha: \_\_\_\_

Visto: \_\_\_\_

Percebe-se que texto ao usar as expressões “quando exigido pela Administração” e “poderá”, faculta a administração a pedir comprovação de exequibilidade quando entender plausível. Entretanto esclareço que no momento do certame não foram identificados os indícios mínimos necessários para o pedido de comprovação, para efeito de elucidação segue abaixo tabela comparativa de preços dos lotes recorridos.

Lote	Vencedor	2ª	3ª	PERCENTUAL ABAIXO DO 2º COLOCADO
1	1,91	1,92	3,10	0,521%
2	5,89	5,90	5,99	0,169%
3	5,98	5,99	6,00	0,167%
4	11,36	11,37	11,39	0,088%
7	4,54	4,68	5,45	2,991%
8	3,54	3,55	3,74	0,282%
9	92,00	94,00	104,90	2,128%
12	1,37	1,39	1,41	1,439%
13	5,58	5,59	5,60	0,179%
15	0,93	0,94	1,59	1,064%
16	2,42	2,43	2,44	0,412%
21	1,89	1,90	2,04	0,526%
22	1,89	1,90	2,04	0,526%
23	3,89	3,90	3,94	0,256%
25	29,89	29,90	31,00	0,033%
28	7,69	7,70	8,99	0,130%
29	6,18	6,19	6,60	0,162%
30	4,54	4,68	4,68	2,991%
33	0,99	1,20	1,30	17,500%
35	3,31	3,32	3,36	0,301%
36	8,48	8,49	8,50	0,118%
37	5,07	5,99	6,00	15,359%
39	2,49	2,50	2,76	0,400%
40	7,99	8,00	9,40	0,125%
			<b>média</b>	<b>1,994%</b>

Verifica-se, a partir de análise individual dos lances vencedores, que os valores ofertados não se mostram discrepantes em relação às demais propostas, estando, em média, apenas 1,994% abaixo do valor apresentado pela segunda colocada e muito próximos dos valores da terceira. Dessa forma, é possível considerar que os preços apresentados pelas três primeiras colocadas refletem os valores usualmente praticados no mercado. Assim, não há indícios mínimos de inexecuibilidade que justifiquem a solicitação de comprovação da exequibilidade das propostas.

Embora em alguns casos a solicitação de notas fiscais, tabelas de custos, entre outros possam ser medidas eficazes para análise de exequibilidade, a ausência de indício faz que seja medida excepcional aplicada apenas em casos de riscos extremos de descumprimento contratual, porém como demonstrado na tabela não vislumbro ser razoável aplicação neste caso concreto. Tal medida aplicada às vencedoras significariam necessariamente estender aos demais licitantes, causando morosidade excessiva ao processo de contratação.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Proc: \_\_\_\_/202\_\_

Folha: \_\_\_\_

Visto: \_\_\_\_

Cumpre ainda ressaltar que a própria recorrente figura como segunda colocada nos itens 3, 4, 12, 13, 25, 29, 36 e 37, apresentando diferença ínfima de apenas R\$ 0,01 (um centavo) em relação à primeira colocada, circunstância que demonstra que as razões recursais, também alcançam a recorrente.

## **VI – DA CONCLUSÃO**

Ante exposto, concluo que os argumentos aduzidos pela Recorrente não se mostraram suficientes para reformar a decisão anteriormente proferida, não se mostrando razoável a adoção de medidas excepcionais de comprovação de exequibilidade neste caso concreto, devendo o recurso ser integralmente **indeferido**.

## **VII – DECISÃO**

Isto posto, sem mais nada a considerar, respeitados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, **CONHEÇO o RECURSO** apresentado pela empresa TOP MIX VAREJISTA LTDA, dando **NEGANDO PROVIMENTO**, e mantendo decisão anteriormente proferida.

Diante disso, encaminho o presente recurso ao Presidente do Fundo Municipal de Saúde, a quem cabe decisão final sobre o tema.

Aperibé, 17 de abril de 2025

**Marcos Paulo dos Santos Montozo**  
Pregoeiro – Matrícula 3449